

AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA/MG SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Mariane Gomes Pereira
marianegpereira21@gmail.com
UFU/Faced/PPGED

Lucia de Fatima Valente
valentelucia@ufu.br
UFU/ICH/PPGED

Resumo

O presente artigo refere-se a um recorte de uma pesquisa de mestrado. A investigação teve como finalidade investigar e compreender a valorização do trabalho docente, a partir dos Planos de Cargos e Carreira de Uberlândia, Minas Gerais, na perspectiva dos professores/professoras, no tocante à formação continuada, remuneração, carreira e condições de trabalho. Para capturar as percepções dos/das professores/professoras aplicou-se 64 questionários nos diversos polos da rede municipal de ensino. Portanto, nesse artigo será apresentada a percepção dos/das docentes acerca das condições de trabalho, uma vez que pudemos perceber que os/as docentes vivenciam a precarização do trabalho, o que resulta na sua desvalorização.

Palavras-chaves: Valorização do trabalho docente; Trabalho docente; Condições de Trabalho.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida no mestrado na Universidade Federal de Uberlândia no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de Estado, Política e Gestão da Educação. O objetivo foi investigar e compreender a valorização do trabalho docente, a partir dos Planos de Cargos e Carreira de Uberlândia, Minas Gerais, na perspectiva dos professores/professoras, no que se refere à formação continuada, remuneração, carreira e condições de trabalho.

Os passos da pesquisa para alcançar o objetivo consistiram, inicialmente no levantamento bibliográfico de teses e dissertações a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) que abordavam a valorização do trabalho docente. Posteriormente, fizemos análise de políticas educacionais que repercutem diretamente na valorização docente.

Além desses, um outro passo da pesquisa foi a análise dos Planos de Cargos e Carreira (PCC) do município com o objetivo de compará-los, a partir das categorias centrais da pesquisa, quais sejam: formação continuada, remuneração, carreira e condições de trabalho. Realizamos,

também, um aprofundamento teórico acerca das temáticas que envolvem o objeto de estudo sobre o trabalho na sociedade capitalista e sua repercussão no trabalho docente.

Com a finalidade de capturar as percepções dos/das professores/professoras quanto à formação continuada, remuneração, carreira e condições de trabalho, aplicamos 64 questionários.

O quadro abaixo indica as fases da pesquisa e as metodologias utilizadas.

Quadro 1 – Fases da investigação		
Fase	Descrição	Técnica
1ª Fase	Levantamento bibliográfico dissertações no BDTD as eses	Pesquisa bibliográfica
2ª Fase	Pesquisa bibliográfica acerca das políticas programas e leis que tratavam da temática	Pesquisa Documental
3ª Fase	Levantamento dos dados a fim de compreender a perspectiva dos/das professores/professoras e da processo de construção do PCC	Entrevist semies truturada questionário
4ª Fase	Análise dos dados capturados	- -----

Fonte: elaboração própria

Portanto, esse artigo consiste num recorte da pesquisa, no qual a proposta é apresentar as percepções dos/das professores/professoras quanto às condições de trabalho. Para isso, inicialmente apresentaremos uma discussão de teóricos utilizados que abordam as condições de trabalho e posteriormente os dados da pesquisa referente a essa categoria, uma vez que as percepções foram categorizadas em grupos para realização da análise.

Desenvolvimento

Breve discussão sobre as condições de trabalho

As condições de trabalho se referem aos materiais, equipamentos e espaço físico de atuação do/da professor/professora (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010). Ou seja, as condições de trabalho compreendem todos os insumos necessários para que os docentes desempenhem com bem-estar e sucesso o trabalho. (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Entretanto, Oliveira e Assunção (2010) destacam outros pontos além destes, nos quais “as condições de trabalho não se restringem ao plano do posto ou local de trabalho ou à

realização em si do processo de trabalho, ou seja, o processo que transforma insumos e matérias-primas em produtos, mas diz respeito também às relações de emprego.” (s/p.).

As autoras apontam ainda que, ao fazer análise das condições de trabalho docente, é necessário situar o tempo e o espaço, assim como o contexto econômico e histórico-cultural, ou seja, as condições de trabalho são reflexo da organização social, o capitalismo, e as relações capitalistas são de exploração da mão-de-obra visando transformar uma matéria prima em produto, visando o valor final.

As condições de trabalho estão diretamente vinculadas ao reconhecimento e à valorização docente, pois “as condições de trabalho precárias e a baixa remuneração oferecidas nas diferentes redes e níveis de ensino refletem o não reconhecimento ao trabalho docente e se constituem em fonte de mal-estar do professor e da professora.” (ASSUNÇÃO, 2008, p.15).

Conforme explicitado, as condições de trabalho interferem no fazer docente, ou seja, na prática pedagógica, além também de culminar muitas vezes na desvalorização do docente, pois são oferecidas condições precárias. Tardif e Lessard (2008) indicam que ao fazer estudo das condições de trabalho é preciso ir além da descrição das condições, mas também analisar como os/as professores/professoras lidam com isso, se assumem e transformam os recursos de suas necessidades.

Jacomini e Penna (2016) defendem que para o profissional desenvolver o seu trabalho, é preciso formação adequada, que lhe sejam oferecidas condições de trabalho e o desenvolvimento na carreira. Essas são dimensões que permitem ao docente ser valorizado.

Portanto, é possível constatar a falta de reconhecimento do docente e a repercussão nas condições de trabalho do mesmo. As boas condições possibilitam desenvolver o trabalho com bem-estar e, conseqüentemente, isso resulta na valorização. É preciso lutar para que este cenário se modifique e os docentes tenham reconhecimento social, melhores salários, que sejam correspondentes à carga horária de trabalho, e para que as condições sejam adequadas para o desenvolvimento de um bom trabalho pedagógico. Isto se torna possível com o estabelecimento de políticas e Planos de Cargos e Carreira.

Dados da Pesquisa: percepções dos professores sobre as condições de trabalho

Os dados da pesquisa advêm de 64 questionários respondidos pelos/pelas docentes que atuam no ensino municipal. A rede municipal se organiza por polos, uma vez que tal organização facilita a participação das instituições, bem como a identificação das

especificidades de cada região. Observando isso, ao aplicarmos os questionários, nos dirigimos a pelo menos uma escola de cada polo¹. Mediante a isso, conseguimos no polo Norte 12 questionários, polo Sul 15, polo Leste 9 e polo Oeste 28.

Do grupo de professores/professoras que responderam aos questionários, 63 são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino. Estes dados reafirmam a constatação de Gandim e Gandim (2003) e de Vianna (2013), de que há maior presença da mulher na docência e, por isso, essa é uma profissão vista como feminina.

Quanto à formação destes professores/professoras, 63 responderam que são graduados e um não respondeu. As áreas de graduação dos docentes são Artes Cênicas, Artes Visuais, Ciências, Educação Física, Educação Artística (Habilitação em Artes Plásticas), Geografia, História, Letras, Matemática, Normal Superior, Pedagogia e até Psicologia.

Dos 64 sujeitos que responderam ao questionário, quatro deles têm duas graduações: PL1² nas áreas de Ciências e Matemática, PN1 nas áreas de Pedagogia e Ciências Sociais, PN5 nas áreas de Psicologia e Letras e PN6 nas áreas de Pedagogia e Matemática.

Quanto à pós-graduação, 50 docentes responderam que a cursaram. Destes, 48 cursaram especialização e duas professoras fizeram mestrado. Identificamos que 14 professores/professoras não possuem pós-graduação.

Buscando compreender a percepção desses/dessas docentes, uma das perguntas do questionário era referente as condições de trabalho. Sendo que foi indagado “Quais são as **condições de trabalho** atuais para você desenvolver sua atividade docente?” Percebemos algumas categorias que serão apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Condições de Trabalho			
upo A	Gr	Professores/professoras, que reclamam da precariedade, tais como: salas lotadas e mal adaptadas para ministrar as aulas.	2% 5
upo B	Gr	Professores/professoras, que queixam da falta de materiais	4% 1
upo C	Gr	Professores/professoras, que apontam os problemas ocasionados pela inclusão	% 5
upo D	Gr	Professores/professoras, que consideram satisfatórias as condições de trabalho	4% 2

Fonte: Elaborado a partir dos dados coletados

¹ Não conseguimos questionários de docentes do polo centro

² Esta sigla é para preservar a identidade dos participantes e esta é composta de P de professor/professora, a segunda letra indica o polo e a terceira o número

Como é possível observar no quadro acima, em um grande número de respostas, os docentes reclamam das condições que lhes são oferecidas. Para Assunção (2008), que defende a existência de uma relação entre o reconhecimento social da docência e as condições de trabalho, de tal modo que as condições precárias revelam o não reconhecimento do trabalho do docente.

No grupo A, 52% reclamam da precariedade do trabalho, das salas lotadas e mal adaptadas e que se tornam sala de aula. O trecho abaixo confirma tais informações e nele a professora PN³12 sinaliza a falta de estrutura para ministrar as aulas e como isso afeta a qualidade do trabalho pedagógico:

Atualmente, como professora regente I, trabalho em uma sala onde o quadro passa a maior parte do tempo com reflexo do sol, sendo que as janelas precisam estar fechadas para os alunos poderem enxergar. A superlotação das salas, tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental, compromete a qualidade do trabalho pedagógico. (PN12).

Pelas respostas, é possível observar a superlotação das salas até mesmo na Educação Infantil. A professora PL8, que atua nesta etapa da educação básica, também reclama da precariedade.

Na educação infantil, materiais como xerox e folhas sulfite têm sido suficientes, mas as condições de trabalho vêm se tornando cada vez mais precárias, não havendo verbas suficientes para materiais como papel cartão, EVA, colas, durex, fita crepe, prendedores, bolas, cordas, brinquedos, etc. Houve também grande precarização de materiais de higiene e alimentação e um aumento significativo do número de crianças em sala de aula, havendo turmas com 31 alunos em uma sala de 3 anos (incluindo crianças com deficiência). Porém, a implementação do diário eletrônico e o envio de computadores para as salas de professores foi benéfico, assim como o kit escolar fornecido às crianças, que na prática também deveria ter sido fornecido para as escolas.

Como mencionado acima, a professora PL8, pertencente ao grupo B, aponta que os materiais mais básicos têm sido oferecidos, mas dois aspectos chamam a atenção: o primeiro dele é a sala com 31⁴ crianças de 3 anos, incluindo crianças com necessidades educacionais especiais e o segundo com relação à precariedade dos materiais de higiene e a alimentação.

³ Sigla organizada pelas pesquisadoras, no qual P significa professor/professora, a segunda letra representa o polo em que a entrevistada pertence, podendo ser polo sul, norte, leste ou oeste.

⁴ No Plano de Cargos e Carreira do município aprovado em 2014 não há nenhuma orientação sobre o número limite de crianças por sala

Outra professora, PL5, que ministra aulas de teatro, reclamou também da falta de espaço e de materiais para desenvolver suas aulas.

Ainda em relação a essa temática, a professora PL2 respondeu que atua no laboratório pedagógico e que “falta manutenção nas máquinas, ar condicionado, material didático para complementação das tarefas em sala de aula, falta materiais diversos, como cola, tinta guache, pincéis e tinta para impressora”.

Com relação ao grupo C, as professoras expõem que há crianças com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas sem a devida adaptação da estrutura ou formação docente para trabalhar com essas crianças.

Mantoan (2006) defende que os termos integração e inclusão possuem significados semelhantes, porém posicionamentos teórico-metodológicos diferentes. O primeiro refere-se à inserção dos discentes deficientes na escola, sem que esta se modifique, ao passo que a inclusão questiona as políticas, a organização escolar e o termo integração, elencando a necessidade de mudança de paradigmas. Diante desse contexto, a professora PL4 aponta que, como professora regente, observa que, quanto à inclusão, falta adaptação da estrutura escolar, sendo por isso, passível de se questionar se realmente existe a inclusão ou integração.

Quanto ao grupo D, alguns professores/professoras informam que a estrutura da escola em que atuam é satisfatória, o que pode ser confirmado pela docente PN7, que afirma que as condições de trabalho da escola em que atua são melhores do que em outras instituições. Porém, algumas professoras sinalizam insatisfação e apontam alguns pontos a serem melhorados, como é o caso da PN9, que relata dispor de boas condições de trabalho, mas que precisa investir para melhorar as aulas a fim de despertar o interesse de seus estudantes. A professora PN8 expõe que “dentro do contexto social, político e econômico, a escola oferece material e sala de arte e adiciona os pontos fracos: sala lotada e falta de apoio familiar”.

Diante dessas análises é notório que a maioria das respostas revelam a insatisfação dos/das docentes quando as condições que lhes são oferecidas.

Considerações finais

A pesquisa indica as percepções dos/das professores/professoras a respeito das condições de trabalho. Foi possível organizá-las em grupos. O grupo A expõe a precariedade das condições. Já o grupo B indica que há falta de materiais, contradizendo até o que outras professoras indicaram com relação ao oferecimento de materiais.

Alguns teóricos estudados, indicam que é preciso boas condições de trabalho para execução de um bom trabalho e para a valorização do profissional. Porém, a partir das informações elencadas nos grupos A e B, as condições precárias e a falta de materiais impossibilitam o desenvolvimento do trabalho do docente.

Com relação ao grupo C, os/as professores/professoras destacam que a inclusão fica fragilizada na escola, pois faltam condições estruturais que permitam um trabalho adequado. E o *grupo D* as percepções se voltam a relatar que as condições de trabalho são satisfatórias.

Portanto, observamos que a grande maioria dos professores elenca problemas com relação às condições de trabalho, tais como o número excedente de estudantes por sala, espaços pequenos, falta de adaptação para receber estudantes deficientes, falta de materiais de higiene, assim como recursos para executar o trabalho pedagógico. Vale destacar que mesmo aqueles professores que se mostram satisfeitos elencam problemas dessa natureza.

Referências

- ASSUNÇÃO, Ada Àvila. Saúde e Mal-Estar do (a) Trabalhador (a) docente. VII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones en América Latina Buenos Aires, 3, 4 y 5 de julio de 2008.
- GANDIN, Danilo e GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político pedagógico**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. **Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional**. Revista Proposição. V. 27, N. 2 (80) | maio/ago. 2016.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér Mantoan. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2 Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- OLIVEIRA, D.A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 3. ed, Petrópolis: Vozes, 2008
- VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Sílvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>.
- VIEIRA, Livia Fraga; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação**